



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



PROCESSO	10166.720344/2019-18
ACÓRDÃO	2201-012.432 – 2ª SEÇÃO/2ª CÂMARA/1ª TURMA ORDINÁRIA
SESSÃO DE	7 de novembro de 2025
RECURSO	VOLUNTÁRIO
RECORRENTE	SITRAN EMPRESA DE SEGURANCA LTDA
INTERESSADO	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

Período de apuração: 01/01/2015 a 31/12/2015

RECURSO INTEMPESTIVO. NÃO CONHECIMENTO.

O Recurso Voluntário apresentado após o prazo de 30 (trinta) dias da ciência da decisão de primeira instância não pode ser conhecido, em harmonia com o art. 33 do Decreto 70.235/72.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso voluntário, por intempestividade.

Assinado Digitalmente

Fernando Gomes Favacho – Relator

Assinado Digitalmente

Marco Aurelio de Oliveira Barbosa – Presidente

Participaram da sessão de julgamento os julgadores Cleber Ferreira Nunes Leite, Fernando Gomes Favacho, Luana Esteves Freitas, Thiago Alvares Feital, Weber Allak da Silva, Marco Aurelio de Oliveira Barbosa (Presidente).

RELATÓRIO

Trata-se de **Despacho Decisório** (fl. 17 a 20) relativo à glosa de contribuições previdenciárias declaradas em Guia de Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP.

Na **Manifestação de Inconformidade** (fl. 26), o contribuinte alegou que, ao apurar as contribuições, compensou indevidamente parte dos valores, mas questionou outra parte, indicando que os débitos já haviam sido compensados anteriormente.

A 3ª Turma da DRJ/CGE, por meio do **Acórdão n. 04-48.927** (fl. 33 a 39), decidiu pela improcedência da Manifestação de Inconformidade sob o fundamento de que não há direito subjetivo à compensação e que os créditos apontados não gozam de certeza e liquidez, de forma que não podem ser compensados.

Em seu **Recurso Voluntário** (fl. 54 a 65), o contribuinte alegou (i) nulidade, pois não teria sido lavrado o auto de infração; (ii) não ter tido a oportunidade de comprovar a existência dos créditos a fim de comprovar a legalidade da compensação; (iii) a necessidade de perícia para a apuração dos créditos; (iv) subsidiariamente, a necessidade de compensação com os créditos objeto de pedido de restituição; (v) a necessidade de afastamento da multa isolada, pois não teria havido falsidade na declaração.

É o relatório.

VOTO

Conselheiro Fernando Gomes Favacho, Relator.

Admissibilidade.

O Recurso Voluntário foi protocolado em 06/09/2019 (fl. 281) e a ciência do acórdão da DRJ em 18/07/2019 (fl. 47), de forma que o prazo para a interposição do recurso voluntário excedeu o prazo de 30 dias previsto no art. 33 do Decreto n. 70.235/1972

Art. 33. Da decisão caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro dos trinta dias seguintes à ciência da decisão.

É o que foi atestado pela autoridade administrativa:

(fl. 140) O recurso contido entre às fls.51/136 foi protocolizado em 06/09/2019 e assinado mediante uso de certificado digital, o que atesta a legitimidade do requerente. A manifestação é intempestiva, visto que a ciência da decisão ocorreu em 18/07/2019, fl.47, apesar da emissão desnecessária do edital de fls.48. Posto isso, encaminhe-se ao órgão julgador para apreciação.

Da mesma forma, não prospera o argumento de que a citação por via digital seria inválida, pois a matéria está regulada no mesmo Decreto:

Art. 23. Far-se-á a intimação:

I - pessoal, pelo autor do procedimento ou por agente do órgão preparador, na repartição ou fora dela, provada com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem o intimar;

II - por via postal, telegráfica ou por qualquer outro meio ou via, com prova de recebimento no domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo;

III - por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante:

a) envio ao domicílio tributário do sujeito passivo; ou

b) registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo.

Conclusão.

Pelo exposto, não conheço do Recurso Voluntário.

Assinado Digitalmente

Fernando Gomes Favacho

Conselheiro